

Representantes de 11 instituições que integram o Comitê Gestor da Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas se reúnem em Brasília. Grupo fará diagnóstico para definir ações



A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp/MJSP) reuniu, nesta terça-feira (15), em Brasília, representantes de 11 instituições que integram o Comitê Gestor da Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. Com a retomada do grupo, criado em 2015, o governo federal pretende definir uma agenda anual e operacionalizar ações de prevenção, fiscalização e combate ao crime.

No encontro de hoje, foi validada a criação de quatro câmaras temáticas - Inteligência, Operações; Legislação; e Sistemas e Tecnologia - para que se aprofunde e otimize a implementação da Política Nacional. "Somente com a cooperação, coordenação e integração das nossas entidades será possível fazer um enfrentamento ao crime organizado", aprovou Alexandre Mota, secretário-substituto da Senasp/MJSP, durante a abertura do evento.

O Comitê também apontou a necessidade de um levantamento de diagnósticos para se combater, de forma mais precisa, o furto e roubo de veículos e cargas. "Um dos desafios que o grupo pretende resolver é a operação integrada de sistemas para uma melhor gestão de informações e dados", explicou o presidente do Comitê, Adilson de Carvalho, que também é diretor de Políticas, Programas e Projetos da Senasp/MJSP.

Criado pelo Decreto Nº 8.614/2015, o Comitê Gestor da Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas teve sua primeira reunião em dezembro de 2016 e a segunda, em janeiro de 2017. Agora a entidade deve obedecer a um cronograma mais intenso.

Além da Senasp/MJSP, compõem o Comitê a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Superintendência de Seguros Privados, Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). Também compõem o colegiado os departamentos nacionais de Trânsito (Denatran) e de Infraestrutura de Transporte (Dnit); além dos conselhos nacionais dos Comandantes Gerais das Polícias Militares (CNCG), dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC) e de Política Fazendária (Confaz).

Fonte: [Ministério da Justiça e Segurança Pública](#), em 15.03.2017.